

+QUESTÕES A CONSIDERAR NA AVALIAÇÃO DAS DECISÕES DE JOANESBURGO

| TEMA II: ERRADICAÇÃO DA POBREZA | | | |
|---|--|---|-------------------------------|
| ACÇÕES ACORDADAS | ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO NO PAÍS | CONSTRANGIMENTOS | OBSERVAÇÕES |
| Levar a cabo acções conjuntas e incrementar os esforços no sentido de melhorar o acesso aos serviços fiáveis e acessíveis de energia suficientes para alcançar os objectivos de desenvolvimento do milénio, incluindo o de reduzir a metade até 2015, a proporção das pessoas vivendo em situação de pobreza, e como um meio de gerar outros serviços importantes que possam mitigar a pobreza, tomando em consideração que o acesso à energia facilite a erradicação da pobreza | | | |
| Melhorar o acesso à tecnologias modernas sobre biomassa e fornecimento de fontes de combustível lenhoso, e comercializar as operações de biomassa, o que inclui o uso de resíduos agrícolas nas zonas rurais e onde tais práticas sejam sustentáveis | Disseminado o uso de fogões melhorados Financiado projecto para a determinação do potencial de energia de marés para o funcionamento de frigoríficos para conservação do pescado de pescadores artesanais | Baixo nível de publicidade | MCT e MIREM, ME |
| Promover o uso sustentável da biomassa e de outras fontes de energia renovável, através do melhoramento dos actuais padrões de utilização, tais como gestão de recursos, utilização mais eficiente do combustível lenhoso e tecnologias e produtos novos e melhorados | Financiado um projeto sobre o uso de energias da biomassa na região Norte de Moç. Eficiência energética, emissões e impacto sobre o meio ambiente Financiado Projetos de Determinação do potencial de energia de marés para o funcionamento de frigoríficos para conservação do pescado de pescadores artesanais | Divulgação dos resultados para as comunidades | MIREM, ME, MINAG e MCT |
| Intensificar a contribuição do desenvolvimento industrial em prol da erradicação da pobreza e da gestão sustentável dos recursos naturais | | | |
| Providenciar apoio financeiro e tecnológico às comunidades rurais de modo a que possam beneficiar de oportunidades de subsistência seguras e sustentáveis, em empreendimentos de mineração de pequena escala | Financiado Projecto para a Elaboração de um modelo de Modelação das potencialidades das mineralizações das unidades geológicas do embazamento | Baixa disseminação para outras regiões do país | MIREM e MCT |

| | | | |
|---|--|--|--------------------------|
| | cristalino da região de Tete | | |
| | Apoiados os inovadores para o desenvolvimento de protótipo de tecnologias apropriadas de extração artesanal para extração de ouro | | |
| Providenciar apoios tendo em vista o desenvolvimento de tecnologias de baixo e seguras, para o fornecimento ou a conservação de combustível para a preparação de alimentos e aquecimento de água | Disseminadas tecnologias de uso de energias novas e renováveis | | MCT E MIREM |
| Tomar medidas imediatas e eficazes para eliminar as piores formas de mão-de-obra infantil preconizado na Convenção nº 182 da OIT, para além de elaborar e proceder à implementação de estratégias visando a eliminação de mão-de-obra infantil que é contrária aos padrões aceites internacionalmente | | | |
| TEMA III: MUDANÇA DOS PADRÕES NÃO SUSTENTÁVEIS DE CONSUMO E PRODUÇÃO | | | |
| Encorajar e promover o desenvolvimento dum quadro de programa de 10 anos para apoiar as iniciativas regionais e nacionais visando acelerar a transição para o consumo e produção sustentáveis para promover o desenvolvimento sócio-económicos | | | |
| Identificar actividades, instrumentos, políticas específicas, bem como medidas e mecanismos de avaliação e controlo, o que irá incluir, a análise do ciclo de vida e dos indicadores nacionais da avaliação do progresso | | | Todos os sectores |
| Encorajar as estruturas competentes, a todos os níveis, a tomarem em conta considerações relativas ao desenvolvimento sustentável nos processos de tomada de decisão, incluindo na formulação dos planos nacionais e territoriais de desenvolvimento, investimentos em infra-estrutura, desenvolvimento de negócios e aprovisionamento público | | | |
| Usar procedimentos de avaliação do impacto ambiental | | | Todos os sectores |
| Convidar os governos, bem como as organizações regionais e internacionais relevantes e outros intervenientes, a implementar, tomando em conta as circunstâncias e as especificidades nacionais e regionais, as recomendações e conclusões da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável no que concerne a energia para o desenvolvimento sustentável, adoptadas na sua nona sessão, incluindo as questões e as opções descritas abaixo, tendo em conta que devido a diferença na contribuição para a degradação do ambiente global, os Estados têm responsabilidades comuns mas diferenciadas | | | |
| Desenvolver e disseminar tecnologias alternativa de energia com o intuito de emprestar uma maior contribuição na diversificação de fontes renováveis de energia, melhorar a eficiência de energia e maior fiabilidade das tecnologias de energia avançadas, incluindo as tecnologias de combustíveis fósseis menos poluentes | Financiado projetos de investigação de Alternativas para a poupança de biomassa para o uso doméstico e semi-industrial | | MIREM, ME, MCT |
| Promover a intensificação e desenvolvimento no campo das várias tecnologias de energia, incluindo as tecnologias de energia renovável, de eficiência energética e tecnologias avançadas de energia, o que inclui as tecnologias sobre combustíveis fósseis mais limpas e avançadas, quer a nível nacional, quer através da cooperação internacional; fortalecer os centros/instituições nacionais e regionais de pesquisa e desenvolvimento, em termos de sistemas de energia que sejam fiáveis, acessíveis, economicamente viáveis, socialmente aceitável e com benefícios de ponto de vista ambiental, para o desenvolvimento sustentável | Financiado a Instalação de uma unidade de produção e uso de energias renováveis | | MIREM, ME, MCT |
| Promover redes de interacção entre os centros de excelência no que respeita ao | ----- | | MCT, CONDES |

| | | | |
|--|--|---|------------------|
| desenvolvimento sustentável, incluindo redes regionais, através da interligação de centros competentes em matérias de tecnologias energéticas para o desenvolvimento sustentável, capazes de apoiar e promover iniciativas ligadas a actividades de capacitação e transferência de tecnologia, particularmente nos países em desenvolvimento, para além de servirem de agentes de triagem de informação | | | |
| Promover uma abordagem integrada do processo de formulação das políticas a nível nacional, regional e local de sistemas e serviços de transportes, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, incluindo políticas e planificação do uso de terra, infra-estruturas, sistema de transportes públicos e redes de distribuição de mercadorias, com a finalidade de proporcionar um sistema de transporte seguro, acessível e eficiente, aumentando a eficiência energética, reduzindo: a poluição, o congestionamento e os efeitos adversos à saúde e limitando o crescimento urbano, tomando em consideração as circunstâncias e prioridades nacionais | | | |
| Pôr em curso estratégias de transporte para o desenvolvimento sustentável, reflectindo condições específicas locais, nacionais e regionais, a fim de melhorar o acesso em termos económicos, eficiência e conveniência do sistema de transporte e melhorando também a saúde e a qualidade do ar urbano e reduzir as emissões dos gases de estufa | | | MCT, MISAU |
| Promover os investimentos e parcerias em prol do desenvolvimento sustentável, de sistemas de transporte diversificado baseados na eficiência energética, incluindo sistemas de transporte colectivo e melhoramento de dos sistemas de transportes das zonas rurais | | | MESTC, MIREM, ME |
| Evitar e reduzir ao mínimo os desperdícios e maximizar o re-uso, reciclagem ou a utilização de matérias alternativas benéficas ao ambiente, com a participação das autoridades governamentais e de todos os outros intervenientes, a fim de reduzir ao mínimo os efeitos adversos ao ambiente e melhorar a eficiência dos recursos | | | |
| Desenvolver sistemas de gestão de resíduos, colocando-se como prioridade máxima aprevenção de formação de resíduos e maximização do re-uso e reciclagem e a criação de facilidades de transporte de resíduos que sejam benéficos ao ambiente, incluindo tecnologia de extracção da energia contida nos resíduos e encorajando o surgimento de pequenas iniciativas de reciclagem de resíduos que contribuam para a gestão urbana e rural de resíduos enquanto proporcionam oportunidades de geração de rendimentos | | | MISAU, MIC, MCT |
| TEMA IV: Protecção e Gestão dos Recursos Naturais Base do Desenvolvimento Sócio-económico | | | |
| As actividades humanas estão a ter um impacto crescente sobre a integridade dos ecossistemas, que fornecem recursos e serviços essenciais ao bem-estar humano e as actividades económicas. A gestão integrada e sustentável dos recursos naturais é um elemento essencial do desenvolvimento sustentável. Assim, para inverter o mais depressa possível a actual tendência de degradação dos recursos naturais, torna-se necessário proceder à implementação de estratégias que incluam estabelecimento de metas a nível nacional e regional a fim de proteger os ecossistemas e atingir a gestão integrada da terra, água, e recursos vivos, e ao mesmo tempo fortalecer as capacidades regionais, nacionais e locais. | | | |
| Lançar um programa de acções que visem atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, no campo de água potável. A este respeito, acordamos em reduzir para metade, até ao ano 2015, o número de pessoas sem acesso ou sem condições de ter água potável, segundo o prescrito na Declaração do Milénio, bem como o número de pessoas sem acesso ao saneamento básico do meio | | | |
| Promover acção prioritária, por parte dos Governos, com o apoio de todos actores, no campo da gestão de água e capacitação, a nível nacional e, onde tal for | Criado o Conselho Científico de Águas (CCA), Instituto de | Falta de Infra-Estruturas Adequadas e Recursos | MOPH, MCT |

| | | | |
|---|--|--|------------------|
| apropriado, a nível regional, para promover e providenciar mais recursos financeiros novos e adicionais e tecnologias inovadoras para a implementação do capítulo 18 da Agenda 21 | Investigação em Águas (IIA) | Financeiros | |
| Desenvolver, até ao ano de 2005, a gestão integrada dos recursos hídricos e planos de eficiência hídrica. | | | |
| Apoiar a difusão de tecnologia e a capacitação em termos de tecnologias de conservação de recursos hídricos não convencionais, a favor dos países em desenvolvimento e da regiões que enfrentam a escassez de água ou que estão sujeitos á seca e desertificação, através da canalização de apoio técnico e financeiro e capacitação institucional | Treinamento das comunidades rurais em matéria de gestão de poços de água, tratamento e conservação de águas nas Vilas de Milénio (VM) | Limitado número de formadores | MCT |
| Apoiar os esforços e os programas relativos à dessalinização da água do mar, com base em sistemas rentáveis, sustentáveis e com uso eficiente de energia e, também, relativos à reciclagem e recolha da água dos nevoeiros costeiros nos países em vias desenvolvimento, através de medidas tais como assistência tecnológica, técnica e financeira e doutras modalidades | Financiado projecto de dissalinização de água | | MCT |
| Melhorar a gestão dos recursos hídricos e a percepção científica do ciclo da água, através da cooperação na área de pesquisa e observação conjunta, e para tal, encorajar e promover a partilha dos conhecimentos, e proporcionar a capacitação e a transferência de tecnologia, com base em acordos mútuos, o que inclui as tecnologias de sondagem à distância e por satélite, | Lançados projectos de pesquisa em Águas sob coordenação do Instituto de Investigação em Água (IIA) e Fundo Nacional de Investigação (FNI) | Limitação de Recursos financeiros | MOPH, MCT |
| Melhorar a percepção e a avaliação científica dos ecossistemas marinhos e costeiros como base fundamental para um processo acertado de tomada de decisão, através de acções, a todos os níveis | | | |
| Intensificar a colaboração científica e técnica, incluindo a avaliação integrada, tanto a nível global como a nível regional, incluindo a transferência adequada da ciência e tecnologias marinhas e ainda das técnicas de conservação e gestão dos recursos marinhos vivos e não vivos, e a expansão das capacidades de observação dos oceanos, o que permitirá uma previsão e avaliação atempada estado do ambiente marinho | | | MCT |
| Criar capacidade em termos de ciências marinhas, informação e gestão, o que pode ser feito, de entre outras formas, através da promoção das avaliações do impacto ambiental e das técnicas de avaliação ambiental e de prestação de informação, quando se tratar de projectos ou actividades que sejam potencialmente prejudiciais ao ambiente costeiros e marinhos e seus recursos vivos e não vivos | criada capacidade nacional para o uso de deteção remota via satélite para pesquisar e monitorar a dinâmica dos ecossistemas marinhos | | MCT |
| Uma abordagem inclusiva, que abarque uma multiplicidade de perigos e que seja integrada, para abordar a problemática da vulnerabilidade, avaliação de riscos e gestão de desastres, o que inclui a prevenção, a mitigação, prontidão, reacção e recuperação, constitui um elemento essencial para um mundo mais seguro no século 21. | | | |
| Fortalecer as capacidades institucionais dos países e promover iniciativas conjuntas de pesquisa e observação, através de sistemas melhorados de monitoria, baseados na superfície e intensificação de uso de dados obtidos por satélite, disseminação de | Aplicação de sensorialmente remoto via satélite para gestão integrada de ecossistemas | | MCT |

| | | | |
|--|------------------------------------|--|-------------------|
| conhecimentos técnicos e científicos e de assistência aos países vulneráveis | marinhos e costeiros em Moçambique | | |
| Promover a cooperação para a prevenção, mitigação, prontidão, resposta e recuperação a desastres tecnológicos ou de outra natureza, com impacto adverso sobre o ambiente, a fim de aumentar as capacidades dos países afectados a lidarem com tais situações | | | MICOA, MCT |
| <p>A mudança climática no planeta Terra e os seus efeitos adversos constituem preocupação comum da humanidade. Continua a preocupar-nos profundamente o facto de todos os países, particularmente os países em vias desenvolvimento, incluindo os países menos desenvolvidos e os Pequenos Estados insulares em desenvolvimento enfrentarem maiores riscos dos impactos negativos da Mudança Climática, e assim sendo, reconhecemos que os problemas ligados à pobreza, degradação da terra, acesso à água e alimentos e também a saúde humana permanecem no centro da atenção global. A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas constitui o instrumento-chave para a abordagem da questão da mudança climática - uma preocupação global – sendo que reafirmamos o nosso compromisso para alcançar o objectivo final que é a estabilização das concentrações dos gases do efeito estufa na atmosfera a um nível que possa evitar interferência antropogénica perigosa com o sistema climático, dentro dum espaço de tempo suficiente para permitir que os ecossistemas se adaptem naturalmente à mudança climática, para assegurar que a produção alimentar não seja ameaçada e permitir que o desenvolvimento económico se desenrole de forma sustentável, de acordo com as nossas responsabilidades comuns mas diferenciadas, incluindo as respectivas capacidades. Ao recordar a Declaração do Milénio das Nações Unidas, na qual chefes de Estado e de Governo decidiram enviar esforços para garantir a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, preferivelmente, até o décimo aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento em 2002, e para dar início á redução das emissões de gases efeito estufa que é requerida. Os Estados que ratificaram o Protocolo de Kyoto instam vigorosamente os que ainda não o fizeram a fazê-lo atempadamente.</p> | | | |
| Desenvolver e transferir soluções tecnológicas | | | MCT |
| Desenvolver e disseminar tecnologias inovadoras nos sectores-chave de desenvolvimento, em particular o de energia e o de investimentos a este respeito, o que pode ser feito através do envolvimento do sector privado, abordagens viradas para o mercado, bem como através de políticas públicas favoráveis e cooperação internacional | | | MCT |
| <p>Apoiar a subsistência da particularidade dos ecossistemas de montanha e incluir recursos significativos dos divisores de água, diversidade biológica bem como fauna e flora típicas. Muitos desses recursos são particularmente frágeis e vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas, requerendo deste modo uma protecção específica. É necessário adoptar medidas em todos os níveis para:</p> | | | |
| Desenvolver e promover programas, políticas e abordagens que integram componentes ambientais, económicas e sociais do desenvolvimento sustentável das montanhosas e incrementar a cooperação internacional para os respectivos impactos positivos sobre os programas de erradicação da pobreza, especialmente nos países em vias de desenvolvimento | | | Todos os Sectores |
| Pôr em marcha programas de promoção da diversificação e dos sistemas tradicionais das economias de das áreas montanhosas, sistemas de produção em pequena escala, incluindo programas específicos de treinamento e capacitação e melhor acesso aos mercados nacionais e internacionais, planificação dos transportes e comunicações, tomando em conta a sensibilidade particular das zonas montanhosas | | | Todos os sectores |

| | | | |
|---|--|--|---------------------------------|
| <p>Promover o envolvimento e a participação total das comunidades montanhosas na tomada das decisões que lhes afectem e integrar o conhecimento, património e conhecimento indígenas, em todas as iniciativas de desenvolvimento</p> | <p>Fazer o levantamento das práticas tradicionais e plantas medicinais usadas pelos praticantes de medicina tradicional no tratamento de doenças mentais</p> <p>Realizado o levantamento das plantas medicinais e práticas tradicionais usadas no tratamento das doenças mentais na região norte de Moçambique</p> | | <p>Todos os sectores</p> |
| <p>A biodiversidade, que desempenha um papel crucial no desenvolvimento sustentável e na erradicação da pobreza global, é um elemento essencial para o nosso planeta, para o bem-estar humano e para subsistência e a integridade cultural das pessoas. No entanto, actualmente está-se a perder a biodiversidade a ritmos sem precedentes devido as actividades humanas; Esta tendência, só poderá ser invertida caso as populações locais se beneficiem da conservação e do uso sustentável da diversidade biológica, e dum modo particular, nos países de origem dos recursos genéticos, em conformidade com o artigo 15 da Convenção sobre a Diversidade Biológica. A Convenção constitui o instrumento chave para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica e ainda a partilha justa e equitativa dos benefícios oriundos do uso de recursos genéticos. Uma implementação mais eficiente e coerente dos três objectivos da Convenção e a meta de se conseguir até 2010 uma redução significativa na actual taxa de perda da diversidade biológica irão exigir a disponibilização de recursos técnicos e financeiros adicionais aos países em vias de desenvolvimento</p> | | | |
| <p>promover o apoio internacional concreto e parceria para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, incluindo nos ecossistemas, em locais onde haja Patrimónios Mundiais e para a protecção das espécies em perigo, dum modo particular através da canalização adequada de recursos financeiros e tecnologia aos países em vias de desenvolvimento e aos países com economia em transição</p> | <p>Fazer o levantamento das práticas tradicionais e plantas medicinais usadas pelos praticantes de medicina tradicional para a valorização do conhecimento local</p> <p>Promoção do cultivo de vegetais e fruteiras nativas através da produção de mudas para comercialização e diversificação da dieta alimentar das famílias, conferindo sustentabilidade económica, social e ambiental às comunidades rurais.</p> | | <p>MPD, MF, MCT</p> |

| | | | |
|---|---|---|-------------------|
| promover a participação efectiva das comunidades indígenas e locais nos processos de tomada de decisão e formulação de políticas relacionadas com o uso dos seus conhecimentos tradicionais | Envolvido as comunidades no inquérito sobre o levantamento das plantas medicinais | Limitação do conhecimento da línguas locais | MAE, MCT |
| V. Desenvolvimento Sustentável num Mundo em Globalização | | | |
| <p>A globalização vem trazer oportunidades e desafios ao desenvolvimento sustentável. Reconhecemos que a globalização e a interdependência vêm oferecendo novas oportunidades ao comércio, investimento e fluxo de capitais e ainda avanços na tecnologia, incluindo tecnologia de informação, para o crescimento da economia mundial, desenvolvimento e melhoria dos níveis de vida no mundo. Enquanto isso, pairam uma serie de desafios, incluindo graves crises financeiras, insegurança, pobreza, exclusão e desigualdade no seio e entre as sociedades. Os países em via de desenvolvimento e os países com economias em transição enfrentam dificuldades especiais para fazer face a esses desafios e oportunidades. A globalização deveria ser totalmente abrangente e equitativa e; portanto, há uma grande necessidade de, políticas e medidas a níveis nacional e internacional, formuladas e postas em prática, com participação efectiva dos países em via desenvolvimento e países com economias em transição, de modo a ajudar tais países a responder efectivamente a esses desafios e oportunidades. Tal irá exigir a acção urgente, a todos os níveis, visando</p> | | | |
| Implementar os resultados da Conferência Ministerial de Doha por parte dos membros da OMC, incrementar ainda mais a capacidade institucional e a assistência técnica relacionada com o comércio, e assegurar uma participação total, significativa e efectiva dos países em vias de desenvolvimento nas negociações comerciais multilaterais, colocando as suas necessidades e interesses no fulcro do programa de trabalho da OMC. | | | Todos os sectores |
| Promover activamente a contabilização e responsabilização empresarial, com base nos princípios do Rio, o que pode ser alcançado através do desenvolvimento pleno e implementação efectiva de medidas e acordos intergovernamentais, iniciativas internacionais e parcerias entre os sectores públicos e privados, bem como regulamentos nacionais adequados e apoiar ao melhoramento contínuo das práticas empresariais em todos os países | | | Todos os sectores |
| VI. Saúde e o Desenvolvimento Sustentável | | | |
| Direccionar as iniciativas de investigação e aplicar os resultados da investigação sobre as questões prioritárias da saúde pública, em especial as que afectam as populações susceptíveis e vulneráveis, através do desenvolvimento de novas vacinas, redução da exposição a riscos de saúde, capitalizando sobre igualdade de acesso aos serviços de cuidados sanitários, tecnologia e tratamento médico, treinamento e educação, e atacando os efeitos secundários da saúde deficiente | | | MISAU, MCT |
| Transferir e disseminar, com base em termos mutuamente acordados, inclusive através de parcerias multisectoriais públicas e privadas, com apoio financeiro internacional, de tecnologias para o tratamento de água, saneamento e a gestão de resíduos para áreas rurais e urbanas dos países em vias desenvolvimento e dos países com economias em transição, tendo em conta as condições especificas de cada país e o equilíbrio de género, o que inclui necessidades em tecnologias específicas para mulheres | Estabelecer a cultura de Moringa oleífera usando técnicas de baixo custo que permitam utilizar as suas sementes e folhas para elevar a qualidade de vida da população | | MOPH, MISAU, MCT |
| Reduzir as doenças respiratórias e outros impactos negativos da poluição do ar, dando atenção particular ás mulheres e crianças, através de acções orientadas para: | | | |

| VIII. O Desenvolvimento Sustentável para África | | | |
|--|--|---|-------------------|
| <p>Desde a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável tem se mantido elusivo para muitos países Africanos. A pobreza continua a ser um grande desafio, e muitos países do continente ainda não tem beneficiado das oportunidades da globalização, o que agrava a marginalização do continente. Os esforços empreendidos por África para atingir o desenvolvimento sustentável têm sido neutralizados por conflitos, investimento insuficiente, limitação das oportunidades de acesso ao mercado e constrangimentos colaterais nos fornecimentos, peso insustentável da dívida, histórico decréscimo dos níveis da assistência oficial externa ao desenvolvimento (ODA) e o impacto do HIV/SIDA. A Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável deveria renovar o compromisso da comunidade internacional para com a abordagem destes desafios e dar efeito a uma nova visão baseada em acções concretas para a implementação da Agenda 21 em África. A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) constitui o compromisso dos líderes africanos para com o povo de África. É um reconhecimento de que as parcerias dos países africanos entre si e com a comunidade internacional constituem elementos chave de uma visão comum e partilhada para a erradicação da pobreza, para além de visar colocar os respectivos países, quer colectivamente, quer individualmente, no caminho conducente a um crescimento económico contínuo e ao desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, participar activamente na economia mundial e na corporação política (body politic). Proporciona um quadro onde o desenvolvimento sustentável no continente possa ser partilhado por todos os povos de África. A comunidade internacional acolhe com satisfação a NEPAD e assegura o seu apoio á implementação desta visão, o que pode tomar corpo através da utilização dos benefícios da cooperação Sul-Sul, apoiada, dentre outras formas, pela Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Africano, realizado em Tóquio. Assegura também o seu apoio a outros quadros de desenvolvimento que pertençam e sejam conduzidos, a nível nacional, pelos países africanos e que incorporam estratégias de redução da pobreza, incluindo documentos sobre estratégias de redução da pobreza.</p> | | | |
| criar, a nível regional, sub-regional, nacional e local, um ambiente favorável para se conseguir um crescimento económico contínuo e um desenvolvimento sustentável e apoiar as iniciativas africanas para a paz, estabilidade e segurança, resolução e prevenção de conflitos, democracia, boa governação, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo o direito a igualdade de género e desenvolvimento | | | Todos os sectores |
| apoiar a implementação da visão da NEPAD e de outras iniciativas regionais e sub-regionais já estabelecidas, o que inclui modalidades tais como financiamento, cooperação técnica e cooperação institucional, capacitação humana e institucional a nível regional, sub-regional e nacional, em conformidade com as políticas e os programas e estratégias de redução da pobreza e de desenvolvimento sustentável pertencentes aos próprios países e liderados por esses mesmos países, tais como, onde tal fôr aplicável, documentos sobre as estratégias de redução da pobreza | Implementado a Iniciativa Africana sobre o Desenvolvimento de Indicadores de CTI pelo MCT em parceria com a NEPAD | | Todos os sectores |
| promover o desenvolvimento de tecnologias, transferência e difusão para África, e melhorar a tecnologia e os conhecimentos existentes nos centros africanos de excelência | Estabelecimento do Parque da Ciência e Tecnologia em Malauna, distrito de manhiça, província de Maputo. | Lmitação de Recursos Financeiros | MCT |
| apoiar os países africanos no desenvolvimento de instituições de ciência e tecnologia eficazes e actividades de investigação capazes de se desenvolverem e se adaptarem ás tecnologias de classe mundial | Assinado o acordo entre o Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique com sua congénere da Suazilândia para o nosso país apoiar tecnicamente no estabelecimento do Parque da | | MCT |

| | | | |
|---|---|--|--------------------------|
| | Ciência e Tecnologia na Suazilândia | | |
| e elevar a produtividade industrial, a diversidade e a competitividade dos países africanos, através de uma combinação do apoio financeiro e tecnológico para o desenvolvimento de infraestruturas chave, acesso a tecnologia, interação com centros de pesquisa, valor acrescentado aos produtos de exportação, desenvolvimento de habilidades e incremento de acesso ao mercado, em apoio ao desenvolvimento sustentável | Implementado o Programa do Inovador Moçambicano a nível Nacional | Limitação de Recursos Financeiros | MIC, MCT |
| Attingir uma melhoria significativa na produtividade agrícola sustentável e a segurança alimentar, em prossecução dos objectivos de desenvolvimento para o milénio acordados, incluindo os que vêm contidos na Declaração do Milénio, em particular, de baixar para metade, até o ano 2015, da proporção de pessoas que sofrem de fome, incluindo iniciativas a todos os níveis, visando: | | | |
| fechar o fosso digital e criar oportunidades digital em termos de infraestrutura de acesso bem como aplicação e transferência de tecnologia, através de iniciativas integradas para a África. Criar um ambiente favorável para atrair investimentos, acelerar os programas e projectos – tanto os existentes como novos – para ligar as principais instituições, e estimular a adopção de tecnologia de informação nos programas governamentais e comerciais e outros aspectos da vida económica e social da nacional | Criadas 35 Centros Multimédia Comunitários nos diferentes distritos do país Em Implementação da Estratégia do Governo Electrónico pelo Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC) | Fracas capacidade de gestão por parte dos gestores comunitários | MCT |
| Apoiar os esforços da África com vista a attingir um turismo sustentável que contribua para o desenvolvimento social, económico e de infraestrutural, através das seguintes medidas: | | | |
| IX. Outras iniciativas | | | |
| importantes iniciativas tem sido desenvolvidas no seio de outras regiões das Nações Unidas e fóruns regionais, sub-regionais e trans-regionais para promover o desenvolvimento sustentável. A comunidade internacional acolhe com satisfação esses esforços assim como os resultados já alcançados, e exige mais acções a todos os níveis para a sua intensificação, encorajando, por outro lado também, a cooperação inter-regional, intra-regional e a este respeito, exprimindo ainda o seu apoio ao desenvolvimento e implementação de mais acções por parte dos países das diferentes regiões | | | Todos os sectores |
| X. Meios de Implementação | | | |
| A implementação da Agenda 21 e a realização dos objectivos de desenvolvimento internacionalmente acordados, incluindo os que vêm contidos na Declaração do Milénio, assim como os que estão contidos no presente plano de acção, requerem um esforço substancialmente acrescido, tanto por parte dos próprios países, bem como por parte do resto da comunidade internacional, com base no reconhecimento de que cada país tem a responsabilidade primaria para com seu próprio desenvolvimento e que o papel das estratégias de desenvolvimento e das políticas nacionais e não pode ser acentuado demais, tomando em conta os princípios da Conferência do Rio, | | | Todos os sectores |

| | | | |
|---|--|--|---------------------------------|
| <p>incluindo, de forma particular, o princípio da responsabilidade comuns mas diferenciadas das partes, o qual estabelece que:</p> <p><i>“Os Estados devem cooperar num espírito de parceria global, para a conservar, proteger e restaurar a saúde e a integridade do ecossistema terrestre. Tendo em conta a diferença na contribuição para a degradação, os Estados têm responsabilidades comuns mas diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes recai na perseguição internacional do desenvolvimento sustentável dadas às pressões que suas sociedades exercem sobre o meio ambiente global e às tecnologias bem como os recursos financeiros que controlam.”</i></p> <p>Os objectivos de desenvolvimento internacionalmente acordados, incluindo os que vêm contidos na Declaração do Milénio e da Agenda 21, assim como no presente plano de acção, irão exigir um aumento significativo do fluxo dos recursos financeiros, segundo vem elaborado no Consenso de Monterrey, o que vai incluir a alocação de recursos financeiros adicionais ou novos, em particularmente para os países em vias de desenvolvimento, para apoiar a implementação dos programas e políticas nacionais por si elaborados, melhoramento das oportunidades de comerciais, acesso e transferência de tecnologias sãs do ponto de vista ambiental sob forma de concessão ou em termos preferenciais com base em acordos mútuos, educação e sensibilização, capacitação e à informação para o processo de tomada de decisões e desenvolvimento de capacidades científicas dentro dos calendários necessários para atingir estes objectivos e iniciativas. O progresso nesse sentido exigirá que a comunidade internacional ponha em pratica os resultados das principais conferências das Nações Unidas, tais como os Programas de acção adoptado durante a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos e a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, e os acordos internacionais relevantes assinados realizados desde 1992, particularmente os inerentes á Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento bem como a Quarta Conferência Ministerial da OMC, o que inclui o seu aproveitamento como parte do processo de busca do desenvolvimento sustentável</p> | | | |
| <p>A mobilização e intensificação do uso eficaz de recursos financeiros e alcançar das condições económicas nacionais e internacionais necessárias para se atingir os objectivos de desenvolvimento internacionalmente acordados, incluindo os que vêm contidos na Declaração do Milénio, para eliminar a pobreza, melhorar as condições sociais, elevar os níveis de vida e, ainda proteger o nosso meio ambiente, será nosso primeiro passo para assegurar que o Século vinte e um se torne no século do desenvolvimento sustentável para todos</p> | | | <p>Todos os sectores</p> |
| <p>Reconhecer que será necessário um aumento significativo da ajuda externa ao desenvolvimento e noutros recursos para que os para que os países em desenvolvimento consigam alcançar os objectivos de desenvolvimento internacionalmente acordados, incluindo os que vem contidos na Declaração do Milénio. Para edificar o apoio para a ajuda externa ao</p> | | | |

| | | | |
|--|---|---|--------------------------|
| desenvolvimento devemos cooperar para melhorar as políticas e estratégias de desenvolvimento, tanto a nível nacional e como internacionalmente, de modo a elevar a eficácia da ajuda: | | | |
| Acolher com satisfação a terceira reposição substancial e bem-sucedido do GEF, que permitirá fazer face às necessidades de financiamento de novas áreas de enfoque e das existentes já, e poder responder às necessidades e preocupações dos países destinatários desses fundos, em particular os países em vias de desenvolvimento, e encorajar ainda mais o GEF a mobilizar fundos adicionais junto de organizações públicas e privadas, melhorar a gestão de fundos através da adopção de procedimentos mais rápidos e flexíveis, e simplificar seu ciclo de projecto | | | Todos os sectores |
| Complementar e apoiar a Declaração Ministerial de Doha e o Consenso de Monterrey através da concretização de mais acção a nível nacional, regional e internacional, o que inclui parcerias entre os sectores público e privado, a fim de aumentar os benefícios da liberalização do comércio, de modo particular, para os países em vias de desenvolvimento e para países com economia em transição, através de acções, a todos os níveis, visando: | | | |
| Apoiar as iniciativas voluntárias baseadas no mercado, compatíveis com os princípios da OMC, visando criar e expandir os mercados domésticos e internacionais para produtos e serviços não ofensivos ao ambiente, incluindo produtos orgânicos, os quais maximizam os benefícios ambientais e de desenvolvimento através da capacitação institucional e assistência técnica aos países em vias de desenvolvimento, entre outras formas | | | Todos os sectores |
| Promover, facilitar e financiar, quando tal for apropriado, o acesso, desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias são do ponto de vista ambiental bem como o respectivo know-how, em particular para os países em vias de desenvolvimento assim como países com economia em transição, em termos favoráveis, incluindo sob forma de concessões e em termos preferenciais, conforme for mutuamente acordado, em conformidade com o estabelecido no capítulo 34 da Agenda 21, o que inclui acções urgentes, a todos os níveis, visando: | Financiamento de Projectos de Investigação e Transferência de Tecnologia pelo Fundo Nacional de Investigação | Falta de disponibilidade de fundos para financiar mais projectos | MCT |
| Facilitar as avaliações das necessidades dos países em tecnologias | No âmbito da Implementação da Iniciativa Africana sobre Indicadores de CTI, foi providenciado dados para a publicação da Revista “African Innovation Outlook 2010” | | MCT |
| Estabelecer quer nos países fornecedores, quer nos destinatários, quadros regulares e legais que possam acelerar a transferência de tecnologias são do ponto de vista ambiental, dum forma economicamente viável, por parte dos sectores público e privado, e apoiar a sua implementação | | | MCT |
| Melhorar a transferência de tecnologias aos países em vias de desenvolvimento, particularmente a nível bilateral e regional, incluindo, por meio de acções urgentes, a todos os níveis, visando: | | | |
| Melhorar a interacção e colaboração, o relacionamento entre os diversos actores e o estabelecimento de redes (networks) entre as universidades, instituições de | Estabelecimento de MorNet, uma rede que interliga diversas | Em implementação | MCT |

| | | | |
|---|--|--|--------------------------|
| investigação, agências governamentais e o sector privado | instituições de Investigação e de Ensino Superior | | |
| Desenvolver e fortalecer o sistema de interacção das estruturas de apoio institucional como os centros de tecnologia e produtividade, instituições de investigação, treinamento e desenvolvimento, e os centros nacionais e regionais de produção limpa | | | MCT, MICOA |
| Criar parcerias conducentes a investimento e transferência, desenvolvimento e difusão de tecnologia, para assistir os países em vias de desenvolvimento bem como os países com economia em transição, na partilha de melhores práticas optimizadas e promoção de programas de assistência, e encorajar a colaboração entre as empresas e as instituições de investigação, para aumentar a eficiência industrial, produtividade agrícola, competitividade e gestão ambiental. | Assinados acordos de Cooperação entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e diversos parceiros de Cooperação, nomeadamente Governo do Brasil, Finlândia, Índia, China, Portugal, Banco Mundial, SIDA, etc. | | MCT, MIC |
| Prestar assistência, tanto aos países em vias de desenvolvimento como aos com economia em transição, visando conseguir acesso a tecnologias ambientalmente sãs do ponto de vista ambiental, que sejam propriedade ou de domínio público, assim como conhecimentos que seja de domínio público em matérias de ciência e tecnologia, além do acesso ao know-how e conhecimentos especializados necessários para estes países fazerem uso independente desses conhecimentos na perseguição dos seus objectivos de desenvolvimento. | | | MCT |
| Apoiar os mecanismos existentes e, onde tal fôr apropriado, estabelecer novos mecanismos para o desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias sãs do ponto de vista ambiental, a favor dos países em vias de desenvolvimento e países com economia em transição. | | | MCT |
| Criar maior a capacidade em ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável, com uma acção visando melhorar a colaboração e parcerias em torno de investigação e desenvolvimento, e sua aplicação amplamente divulgada no seio de instituições de investigação, universidades, o sector privado, Governos, ONG's e redes de trabalho, bem como entre cientistas e académicos dos países desenvolvidos e dos países em vias de desenvolvimento e, ainda a este respeito, incentivar uma interacção (networking) com e entre os centros de excelência científica nos países em vias de desenvolvimento. | Em implementação o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos na Áreas de Ciência e Tecnologia, tendo sido muitos formados nas instituições de Ensino Superior do Exterior | Limitação de Recursos Financeiros | MCT |
| Melhorar o processo de tomada de decisões e formulação de políticas em todos os níveis, entre outras formas, através duma melhor colaboração entre cientistas naturais e cientistas sociais, e entre os cientistas e os formuladores de políticas, incluindo acções, a todos os níveis, visando: | | | |
| Incrementar o uso de tecnologia e conhecimento científico, e incrementar a utilização benéfica do conhecimento local e tradicional de maneiras que respeite os depositários desse conhecimento e em conformidade com a legislação nacional. | | | MCT |
| Fazer maior uso dos estudos científicos integrados, avaliações de risco e abordagens | | | Todos os sectores |

| | | | |
|---|--|--|---------------------|
| inter-disciplinares e inter-sectoriais. | | | |
| Assistir os países em vias de desenvolvimento no desenvolvimento e implementação de políticas de ciência e tecnologia. | Em Implementação a Política de Ciência e Tecnologia e a Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique (ECTIM) pelo Conselho de Ministros em 2006 Ela | Limitação de Recursos Financeiros | MCT |
| Estabelecer parcerias entre instituições científicas, públicas e privadas, e através da integração dos pareceres dos cientistas nos órgãos de tomada de decisão de modo a assegurar um maior papel para os sectores de ciência, desenvolvimento de tecnologia e engenharia. | Estabelecidos protocolos de cooperação entre o MCT e Instituições de ensino superior | | MCT |
| Promover e melhorar os processos de tomada de decisão, baseados na ciência e reafirmar a abordagem de precaução, conforme vem contido no princípio 15 da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o qual reza que: <i>“Com o objectivo de proteger o meio ambiente, os Estados deverão aplicar amplamente, e de acordo com as suas capacidades, a abordagem de precaução. Onde parem riscos de danos graves ou irreversíveis, a falta de uma certeza científica total não deverá ser aproveitada como uma razão para adiar medidas rentáveis contra a degradação ambiental”</i> . | | | MCT, MICOA |
| Através da cooperação internacional, assistir os países em vias de desenvolvimento no sentido de elevar a sua capacidade, no quadro dos seus esforços para abordar questões ligadas à protecção ambiental, incluindo na formulação e implementação de políticas inerentes à protecção e gestão ambiental, através de medidas que incluam acções a todos os níveis, visando: | | | |
| Estabelecer e, onde tal for apropriado, desenvolver ainda serviços nacionais de estatísticas capazes de fornecer dados correctos sobre a educação científica e sobre actividades de pesquisa e desenvolvimento necessárias para uma formulação eficaz de políticas sobre a tecnologia. | Produtos Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação (2006-2008) como resultado da implementação da Iniciativa Africana sobre Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação (ASTII-NEPAD) | Recursos Materiais e Financeiros | MCT, MPD, MF |
| Estabelecer canais regulares entre os formuladores de políticas e a comunidade científica para o pedido e recebimento de conselhos científicos e tecnológicos para a implementação da Agenda 21, além de criar e fortalecer as redes de trabalho para a ciência e educação em prol do desenvolvimento sustentável, em todos os níveis, com a finalidade de assegurar a partilha de conhecimentos, experiências e melhores práticas, para além da criação de capacidade científica, particularmente nos países em vias de desenvolvimento. | Realizadas Reuniões anuais sobre coordenação de planificação entre MCT, instituições de Investigações e outros actores do sistema nacional de Ciência e Tecnologia | Fraca participação de Instituições estabelecidas fora de Maputo | MCT |
| Usar as tecnologias de comunicação e informação, onde tal for necessário, como instrumentos para aumentar a frequência da comunicação e partilha de experiências e conhecimentos, e para melhorar a qualidade e acesso a tecnologia de comunicação e informação em todos os países, explorando o trabalho facilitado pelo Grupo de | | | MCT, MTC |

| | | | |
|--|---|--|--------------------------|
| Trabalho (Task - Force) das Nações Unidas para a Tecnologia de Informação e Comunicações e os esforços de outros fóruns internacionais e regionais relevantes. | | | |
| Examinar questões de interesse público global através de workshops abertos, transparentes e abrangentes, a fim de promover um melhor entendimento dessas questões. | Realização da Conferencia Internacional sobre Investigação (ICSU) em Maputo, Realização de 2 Galas de Inovador Moçambicano, Realização de Semanas de CeT nos distritos, Realização de Mostras e Feiras de Ciência e Tecnologia | | Todos os sectores |
| Reiterar a firmeza em tomar uma acção concertada contra o terrorismo internacional, o qual cria sérios obstáculos ao desenvolvimento sustentável. | | | Todos os sectores |
| A educação é fulcral para a promoção do desenvolvimento sustentável. Por isso, torna-se essencial mobilizar os recursos necessários, incluindo recursos financeiros a todos os níveis, quer arranjos bilaterais, quer através de doadores multilaterais, incluindo o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento, por parte da sociedade civil e das fundações, de modo a complementar os esforços dos Governos nacionais visando prosseguir os seguintes objectivos: | | | |
| Alcançar o objectivo de desenvolvimento contido na Declaração do Milénio de atingir a que educação primária universal, garantindo que até 2015, as crianças de todo mundo, tanto rapazes e raparigas, consigam completar todo o ensino primário. | | | MINED |
| Proporcionar a todas as crianças, particularmente as que vivem nas zonas rurais e as que vivem na pobreza, especialmente as raparigas, o acesso e a oportunidade de completar todo ensino primário. | | | MINED |
| Providenciar apoio e assistência financeira aos programas de educação, investigação, sensibilização pública e às instituições de desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento e países com economia em transição, a fim de: | | | |
| Considerar os meios de evitar as frequentes e graves limitações enfrentadas por muitas instituições de ensino superior, incluindo universidades em torno do mundo, particularmente nos países em vias de desenvolvimento e em países em transição. | Implementado o Projecto HEST que visa apoiar o desenvolvimento do Ensino Superior | Universo de Instituições beneficiárias ainda muito limitado | MCT |
| Integrar o desenvolvimento sustentável em todos os níveis e formas de educação, a fim de promover a educação como agente chave para a mudança. | Implementado o programa Criando Cientista Moçambicano do Amanhã e Realizadas olimpíadas de Equamat, Física e Matemática envolvendo estudantes de diferentes escolas secundárias do país | Fraca capacitação de Formadores e Facilitadores | MINED, MCT |
| Apoiar o uso da educação para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo acções urgentes, visando: | | | |
| Integrar tecnologias de informação e comunicação na elaboração de curricula de ensino, para assegurar o seu acesso pelas comunidades rurais e urbanas, e dar assistência, sobretudo aos países em vias de desenvolvimento, visando entre outras coisas, o estabelecimento de um ambiente adequado favorável necessário para essa | | | MINED, MCT |

| | | | |
|--|--|--|---------------------------------|
| tecnologia. | | | |
| Promover, qual tal for apropriado, maior acesso e economicamente viável a programas, a favor de estudantes, investigadores e engenheiros dos países em vias de desenvolvimento, nas universidades e instituições de investigação dos países desenvolvidos, com o intuito de promover a troca de experiências e capacidade que vêm beneficiar todos os parceiros. | | | MCT |
| Intensificar e acelerar as iniciativas de capacitação humana, institucional e infraestrutural, e promover parcerias nesse sentido capazes de responder as necessidades específicas dos países em vias de desenvolvimento no contexto do desenvolvimento sustentável. | | | MCT, MINED |
| Apoiar as iniciativas locais, nacionais, sub-regionais e regionais, com uma acção visando desenvolver, usar e adaptar os conhecimentos e a técnica e para fortalecer os centros locais, nacionais, sub-regionais e regionais de excelência para a educação, investigação e treinamento a fim de aumentar a capacidade de conhecimento dos países em vias de desenvolvimento e países com economia em transição através, entre outras formas, da mobilização de recursos financeiros e não só, incluindo recursos novos e adicionais, a partir de todas as fontes existentes. | | | MINED, MCT |
| Providenciar assistência técnica e financeira aos países em vias de desenvolvimento, através de formas que incluem a intensificação dos esforços de capacitação institucional, tais como o Programa capacidade 21, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com vista a: | | | |
| Avaliar as suas próprias necessidades e oportunidades em termos de desenvolvimento das capacidades a nível individual, institucional e de toda a sociedade. | | | Todos os sectores |
| Programas de âmbito local, nacional e comunitário que sejam centrados para atender aos desafios da globalização numa forma mais efectiva e atingir os objectivos de desenvolvimento internacionalmente acordados, incluindo os que vêm contidos na Declaração do Milénio | | | Todos os sectores |
| Desenvolver a capacidade da sociedade civil, incluindo a juventude, de modo a participar, quando tal for apropriado, na elaboração, implementação e revisão das políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável a todos os níveis | | | Todos os sectores |
| Criar, e onde for apropriado, fortalecer as capacidades nacionais para levar a cabo a implementação eficaz da agenda 21 | | | Todos os sectores |
| Promover o desenvolvimento e a utilização mais ampla das tecnologias de observação da Terra, incluindo sondagens por satélite, sistemas de mapeamento e informações geográficas global, visando recolher dados de qualidade sobre os impactos ambientais, o uso da terra e as mudanças do uso da terra, o que inclui a adopção de acções a todos os níveis, visando: | | | |
| Incrementar a cooperação e coordenação entre os sistemas de observação global e os programas de investigação para observações globais integradas, tomando em conta a necessidade de criação de capacidade e partilha de dados das observações terrestres, sondagens por satélite e outras fontes; entre os países | | | MCT, MICOA, MINAG, MESTC |
| Incentivar as iniciativas e parcerias para o mapeamento global; | | | MCT, MICOA, |

| | | | |
|---|--|--|---------------------------------|
| | | | MINAG, MESTC |
| Apoiar os países, em particular os países em vias de desenvolvimento, nos seus esforços nacionais visando: | | | |
| Recolher dados exactos, consistentes e confiáveis a longo prazo; | | | Todos os sectores |
| Usar tecnologias e sondagens por satélite para recolha de dados e o melhoramento das observações terrestres; | | | Todos os sectores |
| Conseguir acesso, explorar a informação geográfica, utilizando as tecnologias de sondagens por satélite, e sistemas de posicionamento global por satélite, sistemas de mapeamento e informação geográfica. | | | MCT, MICOA, MINAG, MESTC |
| Apoiar os esforços visando prevenir e mitigar os impactos dos desastres naturais, o que inclui acções urgentes, a todos os níveis visando: | | | |
| Proporcionar acesso barato à informação relacionada com calamidades, para fins que têm a ver com sistemas de aviso prévio. | | | MINEC, MINAG, MICOA, MCT |
| Transformar os dados disponíveis, particularmente os que resultam dos sistemas observação meteorológica global, em produtos oportunos e úteis. | | | MCT, MICOA, MINAG, MTC |
| Promover e desenvolver a nível de políticas, estratégias e projectos para a tomada de decisão inerentes ao desenvolvimento sustentável nos níveis local nacional e a nível regional. Nesta óptica, realçar que a escolha duma metodologia a ser seguida apelos países deveria ser adequada as condições e circunstâncias específicas, deveria ser numa bases voluntárias e estar de acordo com as respectivas necessidades em termos de prioridades desenvolvimento. | | | Todos os sectores |
| XI Quadro Institucional para o Desenvolvimento Sustentável | | | |
| Um quadro institucional efectivo para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis constitui um elemento chave para implementação plena da Agenda 21, o seguimento dos resultados da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável e abordagem dos desafios emergentes. As medidas visando fortalecer o quadro deveriam procurar tirar partido das previsões da Agenda 21 e do Programa Adicional de Implementação de 1997, assim como os Princípios da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, deveriam ainda procurar promover a prossecução dos objectivos do desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os que vêm estabelecidos na Declaração do Milénio, tomando em conta o Consenso de Monterrey bem como os resultados de outras importantes conferências das Nações Unidas acordos internacionais desde 1992. Deveriam procurar responder às necessidades de todos os países, tomando em consideração as necessidades específicas dos países em desenvolvimento, incluindo os meios de implementação. Deveriam levar ao fortalecimento dos órgãos e organizações internacionais que lidam com o tema do desenvolvimento sustentável, respeitando os mandatos em vigor, e deveriam levar ao fortalecimento das instituições regionais, nacionais e locais relevantes. | | | Todos os sectores |
| A boa governação é essencial para o desenvolvimento sustentável. A adopção de | | | Todos os sectores |

| | | | |
|--|--|--|--------------------------|
| políticas económicas acertadas, instituições democráticas sólidas que respondam às necessidades do povo e infra-estruturas melhoradas são a base para o crescimento económico sustentável, a erradicação da pobreza e a criação de empregos. A liberdade, paz e segurança, a estabilidade a nível nacional, o respeito aos direitos humanos, Estado de direito, a igualdade de género, as políticas orientadas para o mercado, e o engajamento geral para com as sociedades justas e democráticas não só são essenciais, como também se reforçando mutuamente. | | | |
| A. Objectivos | | | |
| Medidas visando reforçar os mecanismos institucionais concernentes ao desenvolvimento sustentável a todos os níveis deveriam ser tomadas no contexto da Agenda 21 tirando partido dos desenvolvimentos havidos a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED), devendo conduzir a concretização de alguns objectivos, entre outros, tais como: | | | |
| Fortalecimento dos compromissos em relação ao desenvolvimento sustentável | | | Todos os sectores |
| Integração das dimensões económicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável de maneira equilibrada | | | Todos os sectores |
| Intensificação da implementação da Agenda 21, o que inclui a mobilização de recursos financeiros e tecnológicos, bem como os programas de capacitação, em particular para os países em desenvolvimento | | | Todos os sectores |
| Solidificação da coerência, coordenação e monitorização | | | Todos os sectores |
| Promoção do Estado de Direito e o fortalecimento das instituições governamentais; | | | Todos os sectores |
| Incremento da participação e o envolvimento efectivo da sociedade civil e de outros actores relevantes na implementação da Agenda 21, além da promoção da transparência e a ampla participação pública | | | Todos os sectores |
| Intensificar a cooperação internacional visando reforçar a implementação da Agenda 21 e dos resultados da Cimeira. | | | Todos os sectores |
| B. FORTALECIMENTO DO QUADRO INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM NÍVEL INTERNACIONAL | | | |
| A comunidade internacional deve: | | | |
| Aumentar a integração dos objectivos do desenvolvimento sustentável, tal conforme vem reflectido na Agenda 21, e apoiar a implementação da Agenda 21 e os resultados da Cimeira mediante políticas, programas de trabalho e directrizes operacionais das agências, programas das Nações Unidas, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente GEF e as instituições financeiras no âmbito dos seus mandatos, salientando no entanto que as suas actividades deveriam levar em conta os programas e as prioridades nacionais, em especial os de países em desenvolvimento, bem como, se for o caso, de países com economias em transição, para alcançar o desenvolvimento sustentável; | | | Todos os sectores |
| Fortalecer e melhorar a integração das três dimensões das políticas e programas do desenvolvimento sustentável, e promover a integração plena dos objectivos do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos órgãos que têm o seu | | | Todos os sectores |

| | | | |
|--|--|--|--------------------------|
| principal foco virado para questões sociais. Dum modo particular, deve-se fortalecer a dimensão social do desenvolvimento sustentável, entre outras formas, fazendo ressaltar o seguimento dos resultados da Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social e da sua revisão quinquenal, e tomando em conta os seus relatórios, e através do apoio aos sistemas de protecção social. | | | |
| Um sistema das Nações Unidas vigoroso e efectivo é fundamental para a promoção da cooperação internacional em prol do desenvolvimento sustentável e em prol dum sistema económico que trabalhe para todos. Para tal, torna-se essencial que haja um compromisso firme com os ideais das Nações Unidas e com os princípios que norteiam o direito internacional bem como os que estão salvaguardar na Carta das Nações Unidas, e ainda com o fortalecimento do sistema das Nações Unidas e de outras instituições multilaterais, promovendo melhorias na sua operacionalidade. Os Estados devem também cumprir com os seus compromissos em termos de negociar e concluir, o mais breve possível, uma convenção das Nações Unidas contra a corrupção em todos os seus aspectos, incluindo a questão de repatriamento de fundos adquiridos ilicitamente aos países de origem, e em termos de promover uma cooperação mais forte para de modo a acabar com a lavagem de dinheiro | | | Todos os sectores |
| F. O Papel das Instituições Internacionais | | | |
| Realçar a necessidade das instituições internacionais, tanto dentro como fora do sistema das Nações Unidas, incluindo instituições financeiras internacionais, a OMC e o GEF, incrementarem, no âmbito dos seus mandatos, a sua cooperação em termos de esforços visando: | | | |
| Promover apoio efectivo e colectivo á implementação da Agenda 21 em todos os níveis; | | | Todos os sectores |
| Incrementar a eficácia e a coordenação das instituições internacionais para implementar a Agenda 21, os resultados da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, os aspectos relevantes do desenvolvimento sustentável constantes da Declaração do Milénio, o Consenso de Monterrey e os resultados da Quarta Reunião Ministerial da OMC, realizada em Doha, em Novembro de 2001. | | | Todos sectores |
| Com vista a promover a implementação eficaz da Agenda 21 em todos os níveis; as seguintes acções deverão ser levadas a cabo: | | | |
| Fazer uso integral dos avanços na área de tecnologias da informação e comunicação | | | MTC, MCT |
| O fortalecimento do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável é um processo em evolução. É necessário manter os arranjos relevantes em revisão; identificar as lacunas, eliminar a duplicação de funções e continuar a lutar por uma maior integração, eficiência e coordenação das dimensões económicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável tendo em vista à implementação da Agenda 21. | | | Todos os sectores |
| Fortalecimento da Estrutura para o Desenvolvimento Sustentável a Nível Regional | | | |

| | | | |
|--|--|--|--------------------------|
| Deve prosseguir-se com a implementação efectiva da Agenda 21 e dos resultados da Cimeira a nível regional e sub-regional das Comissões Regionais e outros órgãos e instituições regionais e sub-regionais. | | | Todos os sectores |
| A cooperação e a coordenação intra-regional sobre o desenvolvimento sustentável deve ser melhorada entre as comissões regionais, Fundos das Nações Unidas, programas e agências, bancos regionais de desenvolvimento, e outros órgãos e instituições regionais e sub-regionais. Isto deveria incluir, o apoio ao desenvolvimento, melhoramento e implementação dos planos de acção e das estratégias regionais de desenvolvimento sustentável acordadas, reflectindo as prioridades nacionais e regionais. | | | Todos os sectores |
| De um modo particular, e tomando em conta as previsões relevantes da agenda 21, as comissões regionais, em colaboração com outros órgãos regionais e sub-regionais, devem: | | | |
| Facilitar e promover uma integração equilibrada das dimensões económicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável no trabalho dos órgãos regionais, sub-regionais e de outro nível, o que pode ser feito, por exemplo, através da facilitação, e intensificação da troca de experiências, melhores práticas, estudos de casos e experiências de parceria relacionadas com a implementação da Agenda 21 | | | Todos sectores |
| As iniciativas e os programas de desenvolvimento sustentável acordados a nível regional e sub-regional, tais como a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e os aspectos inter-regionais do Programa de acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, globalmente acordados, devem ser apoiados. | | | Todos sectores |
| H. Fortalecimento dos Quadros Institucionais para o Desenvolvimento Sustentável | | | |
| Os estados devem: | | | |
| Continuar a promover abordagens coordenadas e coerentes em relação aos quadros institucionais para o desenvolvimento sustentável a todos os níveis nacionais, o que inclui o estabelecimento e o fortalecimento dos mecanismos e autoridades existentes necessários para o processo de tomada de decisão, coordenação e implementação, e ainda a aplicação das Leis; | | | Todos os Sectores |
| Dar passos imediatos visando avançar na formulação e elaboração de estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável e iniciar a sua implementação até 2005. Para tal, as estratégias deverão ser sustentadas através da cooperação internacional, tomando em conta as necessidades especiais dos países em vias de desenvolvimento, em particular, dos países menos desenvolvidos, onde for aplicável, essas estratégias podiam ser formuladas como estratégias de redução da pobreza que integram os aspectos económicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável, e deviam ser seguidos segundo as prioridades nacionais de cada país. | | | Todos sectores |
| I. Participação de Grupos de Releva | | | |
| Intensificar parcerias entre actores governamentais e não governamentais, incluindo | | | Todos os sectores |

| | | | |
|--|--|--|--|
| todos os grupos importantes, bem como grupos de voluntários, em programas e actividades visando a busca do desenvolvimento sustentável em todos os níveis. | | | |
| Reconhecer a consideração que esta sendo dada à possível relação entre o ambiente e os direitos | | | |

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL- 2004
MATRIZ DE ACÇÕES A DESENVOLVER NO ÂMBITO DO JPOT

| | | | |
|---|--|--|--------------------------|
| Reduzir a metade até 2015, a proporção da população no mundo cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia, assim como a proporção da população mundial que sofre de fome e, ainda a proporção da população sem acesso a água potável | | | |
| Transferir as técnicas e conhecimentos básicos de agricultura sustentável, incluindo a gestão humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, com participação plena e transparente dos estados membros das Nações Unidas e dos Estados Observadores | | | Todos os sectores |